

**XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO
CONPEDI BUENOS AIRES –
ARGENTINA**

**DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS
V**

LUCAS GONÇALVES DA SILVA

JACSON ROBERTO CERVI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito, Governança e novas tecnologias V [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Jacson Roberto Cervi; Lucas Gonçalves da Silva. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-835-6

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Derecho, Democracia, Desarrollo y Integración

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito. 3. Governança e novas tecnologias. XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires – Argentina (2: 2023 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA

DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS V

Apresentação

O XII Encontro Internacional do CONPEDI, que ocorreu em um dos cenários mais belos e emblemáticos da América Latina: Buenos Aires, Argentina nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 2023, cujo tema foi: Derecho, democracia, desarrollo y integración.

Dentre as diversas atividades acadêmicas empreendidas neste evento, tem-se os grupos de trabalho temáticos que produzem obras agregadas sob o tema comum do mesmo.

Neste sentido, para operacionalizar tal modelo, os coordenadores dos GTs são os responsáveis pela organização dos trabalhos em blocos temáticos, dando coerência à produção com fundamento nos temas apresentados.

No caso concreto, o Grupo de Trabalho DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS V, coordenado pelos professores Lucas Gonçalves da Silva e Jacson Roberto Cervi foi palco da discussão de trabalhos que ora são publicados, tendo como fundamento textos apresentados que lidam com diversas facetas deste objeto fundamental de estudos para a doutrina contemporânea brasileira.

Como divisões possíveis deste tema, na doutrina constitucional, o tema dos direitos fundamentais tem merecido atenção de muitos pesquisadores, que notadamente se posicionam em três planos: DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS.

Logo, as discussões doutrinárias trazidas nas apresentações e debates orais representaram atividades de pesquisa e de diálogos armados por atores da comunidade acadêmica, de diversas instituições (públicas e privadas) que representam o Brasil em todas as latitudes e longitudes, muitas vezes com aplicação das teorias mencionadas à problemas empíricos, perfazendo uma forma empírico-dialética de pesquisa.

Com o objetivo de dinamizar a leitura, os artigos foram dispostos considerando a aproximação temática:

1. O PAPEL DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

2. REDES SOCIAIS: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E INFLUÊNCIA DO BIOCAPITALISMO SOB A ÓTICA DE ANTÔNIO NEGRI E MICHEL FOUCAULT
3. LEGAL DESIGN COMO FERRAMENTA DE ACESSO À JUSTIÇA NA COMUNICAÇÃO JURÍDICA DO PODER JUDICIÁRIO
4. O PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES E A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA ELETRÔNICA DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
5. A GOVERNANÇA DA INTERNET E OS ACORDOS COMERCIAIS BRASILEIROS: UM ESTUDO SOBRE A NEUTRALIDADE DE REDE
6. UMA DECISÃO FEITA POR JUIZ-ROBÔ NO BRASIL: O JULGAMENTO PELO VICTOR NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
7. APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO
8. O CARÁTER FETICHISTA DA MERCADORIA, ALIENAÇÃO DO TRABALHADOR E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: IMPLICAÇÕES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
9. REVISÃO DE LITERATURA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE GOVERNO ABERTO (2011-2023)
10. REVOLUÇÃO DA INTERNET, NEW SURVEILLANCE E IMPACTOS NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Destaca-se que além da rica experiência acadêmica, com debates produtivos e bem-sucedidas trocas de conhecimentos, o Grupo de Trabalho DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS V também proporcionou um entoadado passeio pelos sotaques brasileiros, experiência que já se tornou característica dos eventos do CONPEDI, uma vez que se constitui atualmente o mais importante fórum de discussão da pesquisa em Direito no Brasil e no mundo, e, portanto, ponto de encontro de pesquisados das mais diversas regiões do Brasil e do exterior.

Por fim, reiteramos nosso imenso prazer em participar da apresentação desta obra e do CONPEDI e desejamos boa leitura a todos.

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS

Prof. Dr. Jacson Roberto Cervi - URI

REVISÃO DE LITERATURA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE GOVERNO ABERTO (2011-2023)

LITERATURE REVIEW OF BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ON OPEN GOVERNMENT (2011-2023)

Weuder Martins Câmara ¹
Patrícia Borba Vilar Guimarães ²
Yanko Marcus de Alencar Xavier ³

Resumo

Este trabalho consiste em uma revisão sistemática da produção científica brasileira no período de 2011-2023, com foco no tema de governo aberto. A interseção entre tecnologia e direito tem despertado um interesse crescente, à medida que se exploram os efeitos das novas tecnologias nas estruturas governamentais e nas interações entre os órgãos públicos e a sociedade. A evolução digital tem levantado questões fundamentais sobre governança, transparência, proteção de dados, acesso à informação e participação cidadã, impulsionando estudos e debates no campo jurídico sobre como adaptar as práticas governamentais para atender às demandas e desafios dessa nova realidade tecnológica. O objetivo é analisar quantitativa e qualitativamente os estudos que abordam o conceito de governo aberto, suas políticas públicas associadas, transparência, accountability e lei de acesso à informação. A pesquisa adotou uma abordagem exploratória e descritiva, buscando trazer uma revisão sistemática na literatura acadêmica sobre o assunto. Os resultados revelaram um número considerável de estudos dedicados à análise de políticas públicas relacionadas ao governo aberto, bem como a importância da transparência e da accountability na gestão governamental. Também se constatou a necessidade de maior embasamento teórico e uma análise mais aprofundada sobre como o governo aberto se insere no contexto jurídico brasileiro como um todo.

Palavras-chave: Revisão sistemática, Governo aberto, Transparência, Participação popular, Inovação

Abstract/Resumen/Résumé

This work consists of a systematic review of Brazilian scientific production from 2011 to

¹ Advogado. Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGD/UFRN). Especialista em Licitações e Contratos.

² Professora na UFRN. Doutora em Recursos Naturais pela UFCG. Mestre em Direito pela UFRN. Mestre em Ciências da Sociedade, na área de Políticas Sociais, Conflito e Regulação Social, pela UEPPB.

³ Doutor (1996) em Direito pela Universität Osnabrück/Alemanha. Pós doutor pelo Instituto de Direito Internacional Privado e Direito Comparado da Universität Osnabrück/Alemanha. Professor Titular Livre da UFRN.

2023, focusing on the theme of open government. The intersection of technology and law has been increasingly intriguing as the effects of new technologies on governmental structures and interactions between public bodies and society are explored. The digital evolution has raised fundamental questions about governance, transparency, data protection, access to information, and citizen participation, driving studies and debates in the legal field on how to adapt governmental practices to meet the demands and challenges of this new technological reality. The objective is to quantitatively and qualitatively analyze studies that address the concept of open government, its associated public policies, transparency, accountability, and the access to information law. The research adopted an exploratory and descriptive approach, aiming to provide a systematic review of the academic literature on the subject. The results revealed a significant number of studies dedicated to the analysis of public policies related to open government, as well as the importance of transparency and accountability in government management. It was also noted the need for greater theoretical foundation and a more in-depth analysis of how open government fits into the broader Brazilian legal context.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Systematic review, Open government, Transparency, Popular participation, Innovation

1. INTRODUÇÃO

As transformações geradas pela internet e outras tecnologias têm promovido mudanças substanciais nas relações sociais, ampliando os espaços de interconexão entre as pessoas e criando novas oportunidades de aprendizado e compartilhamento de informações. A pesquisa e os debates sobre as implicações dessas inovações tecnológicas no âmbito jurídico têm se intensificado, incluindo no que diz respeito à relação entre governo e sociedade.

A interseção entre tecnologia e direito tem despertado um interesse crescente, à medida que se exploram os efeitos das novas tecnologias nas estruturas governamentais e nas interações entre os órgãos públicos e a sociedade. A evolução digital tem levantado questões fundamentais sobre governança, transparência, proteção de dados, acesso à informação e participação cidadã, impulsionando estudos e debates no campo jurídico sobre como adaptar as práticas governamentais para atender às demandas e desafios dessa nova realidade tecnológica.

Todas as implicações mencionadas compõem a base do chamado constitucionalismo digital, que representa uma nova tendência no campo do direito constitucional que se baseia em princípios normativos comuns para o reconhecimento, afirmação e proteção dos direitos fundamentais no ambiente digital. Essa ideologia é fundamentada em um conjunto de normas que visam proteger os direitos fundamentais e equilibrar o exercício do poder no ciberespaço (Mendes; Fernandes, 2020, p. 10). O campo jurídico, portanto, deve se posicionar de forma proativa e progressiva diante dessas transformações tecnológicas para garantir que os princípios fundamentais do Estado de Direito sejam preservados e fortalecidos.

Quando mencionamos o uso intensivo da tecnologia, uma das primeiras coisas que se faz menção, sem embargo do reconhecimento da problemática do acesso universal livre, é sobre seu potencial de aproximação de pessoas e divulgação de informações em tempo real. Nesse sentido, a abertura do governo, como uma estratégia recorrente do nosso século em termos de políticas de gestão estatal, tem se tornado um tema cada vez mais relevante no contexto nacional e internacional, à medida que a transparência, a participação e a colaboração podem ser consideradas como ferramentas essenciais para a melhoria da governança e o fortalecimento da democracia.

No Brasil, o tema foi impulsionado por iniciativas governamentais e pela atuação da sociedade civil organizada. A promulgação da Lei Federal nº 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação – foi um marco importante, estabelecendo o direito de acesso a informações públicas e estimulando a transparência dos órgãos públicos. Além disso, desde 2011, o Brasil

assumiu o compromisso de ser um dos fundadores e signatários da Parceria para Governo Aberto (OGP - *Open Government Partnership*), uma iniciativa que visa estimular a adoção de práticas governamentais relacionadas à transparência, ao acesso público à informação e à participação social, visando à redução da corrupção e ao aumento da responsabilização dos líderes políticos perante os cidadãos. Desde então, o país tem cumprido com seus compromissos internacionais, que são materializados em Planos de Ações, contendo todas as prioridades e metas elencadas para o período, tudo em consonância com os princípios do governo aberto.

Diante da relevância social e da contemporaneidade do tema, este estudo tem como objetivo analisar a produção científica nacional relacionada ao governo aberto, buscando compreender as principais temáticas, tendências, metodologias e contribuições dos estudos realizados no contexto brasileiro. Para tanto, será realizada uma revisão bibliográfica sistemática, desde 2011, ano que o Brasil se tornou signatário da Parceria para Governo Aberto, a fim de identificar os avanços conquistados nesse campo.

Será realizada uma busca em bases de dados acadêmicas, especificamente na plataforma do Portal de Periódicos da Capes, utilizando como palavras-chave principal a expressão “governo aberto”. Após a seleção dos artigos relevantes, será feita uma análise qualitativa e quantitativa do conteúdo, identificando as principais temáticas abordadas, as metodologias empregadas e as contribuições dos estudos.

A análise da produção científica sobre governo aberto no Brasil é fundamental para a compreensão do estado da arte nessa área e para o direcionamento de futuras pesquisas. Assim, ao final do estudo será possível identificar as principais tendências, contribuições e lacunas existentes, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de novas pesquisas e aprimoramento das práticas de governo aberto no país e de políticas públicas mais eficazes.

2. O GOVERNO ABERTO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O debate acerca das políticas públicas tem sido constante, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, e o número de publicações a respeito do tema continua a crescer. Em termos conceituais, segundo as contribuições de Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 2), uma política pública é caracterizada como uma orientação elaborada com o objetivo de enfrentar um desafio de interesse coletivo.

Essas discussões e estudos sobre políticas públicas têm como objetivo compreender e abordar questões que afetam diretamente a sociedade como um todo. Ao analisar a literatura especializada, pesquisadores buscam identificar as estratégias e diretrizes formuladas para lidar com problemas que requerem uma atuação governamental efetiva. Essas políticas públicas são desenvolvidas com o intuito de promover o bem-estar coletivo, equacionar dilemas sociais complexos e alcançar resultados que impactem positivamente a sociedade em diferentes áreas, como educação, saúde, segurança, meio ambiente, entre outras.

Outra definição interessante é encontrada em publicação do Ministério da Saúde brasileiro:

Políticas públicas configuram decisões de caráter geral que apontam rumos e linhas estratégicas de atuação governamental, reduzindo os efeitos da descontinuidade administrativa e potencializando os recursos disponíveis ao tornarem públicas, expressas e acessíveis à população e aos formadores de opinião as intenções do governo no planejamento de programas, projetos e atividades. (Brasil, 2006, p. 9)

Esse conceito de políticas públicas sintetiza aspectos centrais no âmbito do debate sobre o tema. Primeiramente, é crucial compreender que uma política pública vai além de ações isoladas, mesmo que sejam relevantes. Ela é composta por um conjunto de ações e decisões interligadas, que se complementam e visam atingir objetivos específicos. Além disso, uma política pública só pode ser considerada como tal quando surge da intenção de solucionar um problema político particular. Embora a coerência prática entre as ações possa ser frágil ou inexistente, é essencial que exista uma intencionalidade prévia que as una, direcionando-as para um propósito comum.

É importante ressaltar que as ações que compõem uma política pública podem ser executadas tanto pelo governo diretamente como também podem ser delegadas a organizações sociais ou privadas. O aspecto crucial não é a mera execução das ações pelo Estado, mas sim a coordenação dessas ações e a intenção de promover o interesse público (Schmidt, 2018, p. 127). Dessa forma, uma política pública representa um esforço organizado para abordar uma questão específica e alcançar resultados que beneficiem a sociedade em geral. Além disso, é fundamental considerar que o processo de formulação e implementação das práticas não ocorre separadamente.

As políticas públicas são influenciadas por uma série de fatores, como a interação com diferentes atores e interesses, a análise de evidências e a consideração de valores e ideias. Dão dinâmicas, sujeitas a mudanças ao longo do tempo em resposta a novos desafios, demandas e avaliações de eficácia.

Uma vez que estamos tratando de demandas que afetam a sociedade como um todo, é essencial que os cidadãos conheçam e compreendam os mecanismos e as bases legais das políticas públicas que os afetam, incluindo os envolvidos em sua formulação, a forma como estão sendo implementadas, quais interesses estão sendo considerados e quais estão sendo negligenciados, bem como as principais forças em jogo, os espaços de participação disponíveis, os possíveis aliados e opositores (Schmidt, 2018, p. 122).

No contexto do Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 desencadeou uma reconfiguração da esfera pública, estabelecendo uma maior interação entre atores não estatais e o Estado, no âmbito das políticas públicas. Essa mudança significativa abriu caminho para uma participação mais ampla da sociedade na tomada de decisões e na formulação de políticas que visam resolver problemas de interesse público, impulsionando o desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida da população. As políticas públicas têm o propósito de organizar burocracias, distribuir benefícios, regular comportamentos e arrecadar impostos, sendo responsáveis por uma série de ações que podem ser executadas simultaneamente ou de forma independente (Ramalho; Cirino; Sousa Júnior, 2023, p. 42).

Nesse sentido, diante das conceituações apresentadas, além de todas as imbricações resultantes delas, é possível analisar o governo aberto enquanto uma política pública, ou seja, como uma proposta que surgiu para resolver o problema público da falta de transparência, participação cidadã e inovação no âmbito da Administração Pública, ainda mais considerando os princípios que regulam a atuação estatal, conforme artigo 37, caput, da Constituição.

O tema do "governo aberto" possui uma longa trajetória, com diversos marcos legais e doutrinários que moldaram seus pilares ao longo dos anos. Entre esses marcos, destaca-se o registro literário do termo "*open government*" no Reino Unido, em 1811, na obra "*Principles of the Constitution of Governments*" de Cuninghame. Além disso, é importante mencionar o Movimento Pela Liberdade de Informação ocorrido nos Estados Unidos entre 1950 e 1970, que também influenciou diretamente o desenvolvimento do conceito de governo aberto (Oliveira; Ckagnazaroff, 2022, p. 2-4).

No entanto, a concepção contemporânea de governo aberto vai além desses marcos históricos e foi ampliada com o lançamento da *Open Government Partnership* (OGP) em 2011, por Barack Obama, então presidente dos Estados Unidos, em parceria com outros sete países fundadores, incluindo o Brasil.

Conforme Daniel José Silva Oliveira e Ivan Beck Ckagnazaroff (2022, p. 12):

Considerando as premissas mais relevantes discutidas na literatura contemporânea é possível verificar que o governo aberto passou a ser considerado um modelo de governança baseado nos princípios de transparência, participação e colaboração focado na inclusão dos cidadãos e outros atores não governamentais em todas as fases do ciclo de políticas públicas e nas arenas de tomada de decisão com o apoio de mecanismos adequados (on-line e off-line). Assim, espera-se fortalecer a cidadania, o controle social, a accountability, a integridade e a legitimidade, além de tornar as ações governamentais e administrativas mais eficazes e efetivas, gerando valor público.

Esse novo modelo de gestão pública surge como uma alternativa diante das limitações do atual modelo estatal, visando torná-lo mais eficiente e proporcionar serviços públicos de qualidade. O enfoque na abertura do governo busca fortalecer os atores sociais, democratizar o poder público e promover a cidadania, o que se reflete no objetivo de capacitar os cidadãos. Além disso, é importante considerar a possibilidade de integrar a agenda de governo aberto com questões transversais, como direitos humanos, inclusão e igualdade de gênero, a fim de potencializar a abordagem (Bellig; Guimarães; Machado, 2017, p. 84). A análise científica do tema do governo aberto é, portanto, um campo de estudo que tem se desenvolvido ao longo dos anos.

O surgimento da OGP pode ter resultado em aumento na produção acadêmica sobre o tema, com pesquisadores dedicados a investigar os conceitos, princípios, práticas e impactos do governo aberto. Esses estudos podem contribuir para a compreensão mais aprofundada do fenômeno e para a identificação de melhores práticas e desafios na implementação de políticas públicas relacionadas ao governo aberto.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA

No contexto da pesquisa acadêmica, a realização de uma revisão sistemática segue critérios rigorosos para a seleção e exclusão do material a ser analisado. Além disso, é fundamental identificar as bases de dados adequadas para consulta e desenvolver estratégias de busca abrangentes, a fim de abarcar a vasta gama de literatura disponível, evitando qualquer viés por parte do pesquisador (Sanchez; Marchiori, 2017, p. 107). Nesse sentido, é importante destacar que nosso objetivo neste estudo não se concentra na apresentação de novas abordagens para as literaturas existentes. Em vez disso, buscamos oferecer uma visão abrangente dos estudos já realizados, fornecendo um modelo integrado e unificado que engloba os conceitos relevantes, a terminologia adotada e as iniciativas implementadas. Ao realizar essa revisão

bibliográfica, exploraremos trabalhos anteriores que abordaram o tema do governo aberto, analisando as diferentes perspectivas teóricas adotadas. Por meio dessa análise crítica da literatura existente, poderemos identificar tendências, lacunas e contribuições significativas, o que nos permitirá avançar no entendimento e na compreensão do governo aberto como um fenômeno complexo e dinâmico.

Dessa forma, a revisão bibliográfica desempenha um papel fundamental em nossa pesquisa, fornecendo uma base sólida de conhecimento acumulado sobre o tema e orientando nossas análises e discussões subsequentes. Com o intuito de obedecer a metodologia proposta, ao realizar a pesquisa na base de dados do Portal de Periódicos Capes, aplicou-se a busca pelo termo “governo aberto”, com os filtros de data (2011 a 2023) e tipo de trabalho (artigos). Após, retirou-se aqueles duplicados, resultando em 77 produções acadêmicas diferentes.

Uma vez que o objetivo do trabalho é analisar as produções científicas sobre o governo aberto e verificar quais os principais pontos abordados e as eventuais lacunas existentes, aplicou-se uma pré-análise do conteúdo (Bardin, 2016, p. 125), através da leitura do título e do resumo, de maneira a eliminar os artigos sem pertinência direta ao cerne desta pesquisa ou que não sejam oriundas de uma produção nacional. Em resultados, obtivemos a seleção de 44 artigos.

A partir de então, utilizamos como referência os critérios de seleção elencados por Maria Dominguez Costa Pinho e Maria Paula Almada Silva (2019, p. 9-11) e catalogamos em planilha do *Google* os artigos por título, autor, ano, formação dos autores e dividimos em subtemas principais, conforme abaixo:

1. Título;

2. Autor(es);

3. Ano;

4. Área de formação dos autores;

5. Subtemas: os títulos foram categorizados com um ou mais subtemas aos quais se referem.

Tabela 1 – Lista e descrição de subtemas

Subtema	Descrição
Fundamentação teórica	Os programas relacionados ao governo aberto ainda são áreas emergentes, sem teorias consolidadas para esses fenômenos. Diante disso, alguns estudos se concentram em identificar referenciais teóricos comuns para esses temas, bem como explorar as principais questões, dimensões e problemas de pesquisa frequentemente abordados na literatura acadêmica.
Participação popular	Neste contexto, as pesquisas analisam se os programas voltados para o governo aberto têm o potencial de fomentar a participação dos cidadãos nas questões públicas.
Políticas públicas	Determinados autores exploram as políticas públicas, programas governamentais, medidas ou orientações relacionadas ao governo aberto com foco sobre a política de um país, estado ou cidade específicos.
Transparência, <i>Accountability</i> e Leis de Acesso à Informação	Estudos que examinam os níveis de transparência resultantes de programas de governo aberto, analisam as legislações de acesso à informação e iniciativas desenvolvidas com o propósito de promover maior responsabilização.

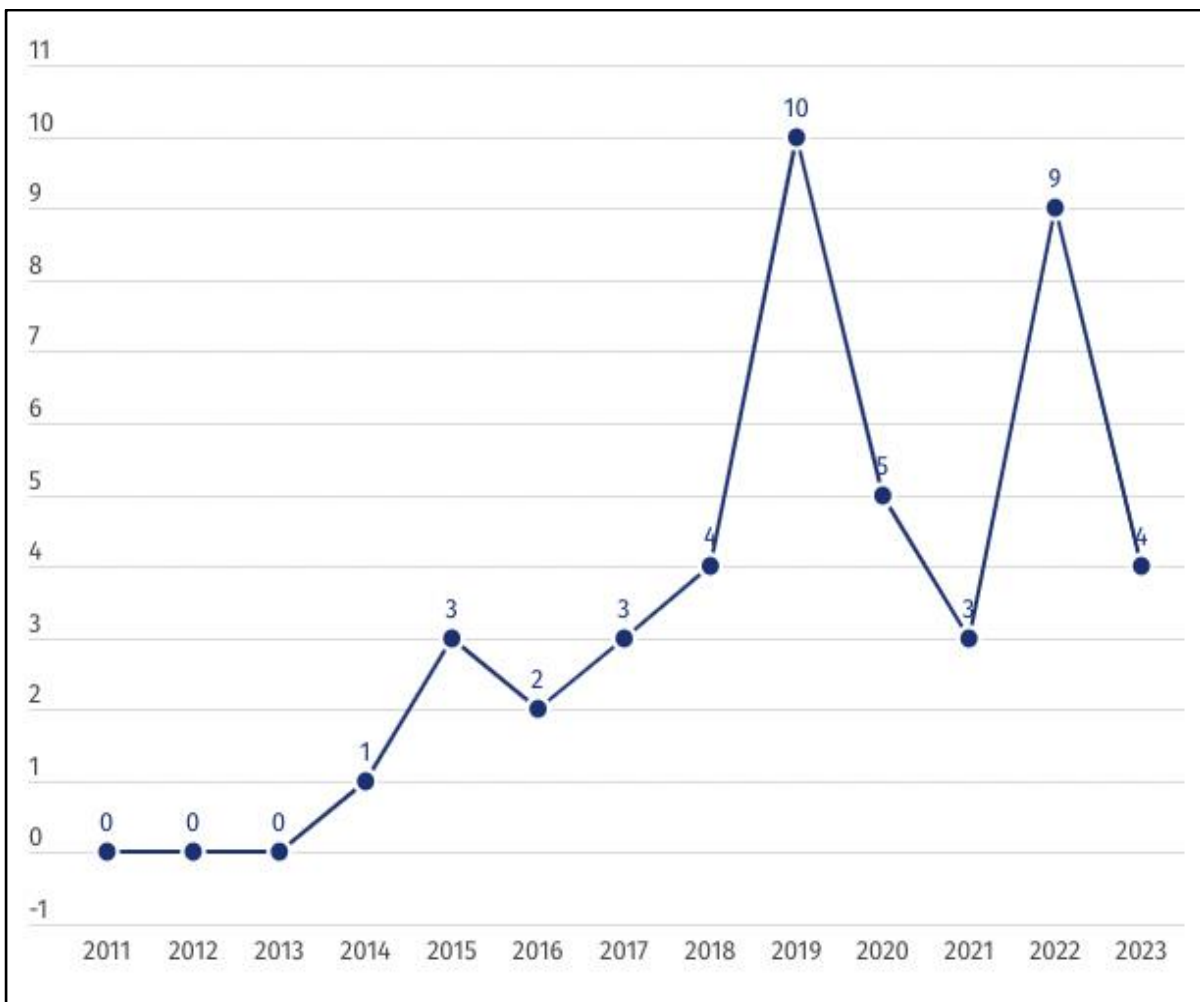
Fonte: Elaboração dos autores.

Com base nos resultados encontrados, de início, ao realizar a separação por anos, constatou-se uma deficiência na produção científica nacional nos primeiros períodos após a implementação do OGP, visto que entre 2011 e 2013 não localizamos nenhum trabalho. Em 2014, a primeira pesquisa identificada se propôs a explorar, bibliograficamente, as bases teóricas sobre inovação na Administração Pública, desaguando numa análise sobre o primeiro

Plano de Ação no contexto da OGP, posto em prática no Brasil (Freitas; Dacorso, 2014, p. 869-886).

Nos anos seguintes o quadro descrito não evoluiu, visto que entre 2015 até o ano de 2018, constatou-se uma média de menos 3 trabalhos produzidos por ano. Uma vez que estamos tratando sobre uma iniciativa como a OGP, que é cheia de desdobramentos recentes, imaginou-se que as pesquisas iniciais seriam no sentido de buscar entender e construir bases teóricas para o tema, expectativa que não se concretizou, visto que o subtema “Transparência, Accountability e Leis de Acesso à Informação” foi o mais abordado nos trabalhos seguintes, como vimos naqueles produzidos por Rodrigo Hickmann Klein, Edimara Mezzomo Luciano e Marie Anne Macadar (2015, p. 256-285), Adriano Fábio Cordeiro da Silva e Cinthia Obladen de Almendra Freitas (2015, p. 267-282) e o de Daniel Fernando Carossi e José Gilson de Almeida Teixeira Filho (2016, p. 255-264).

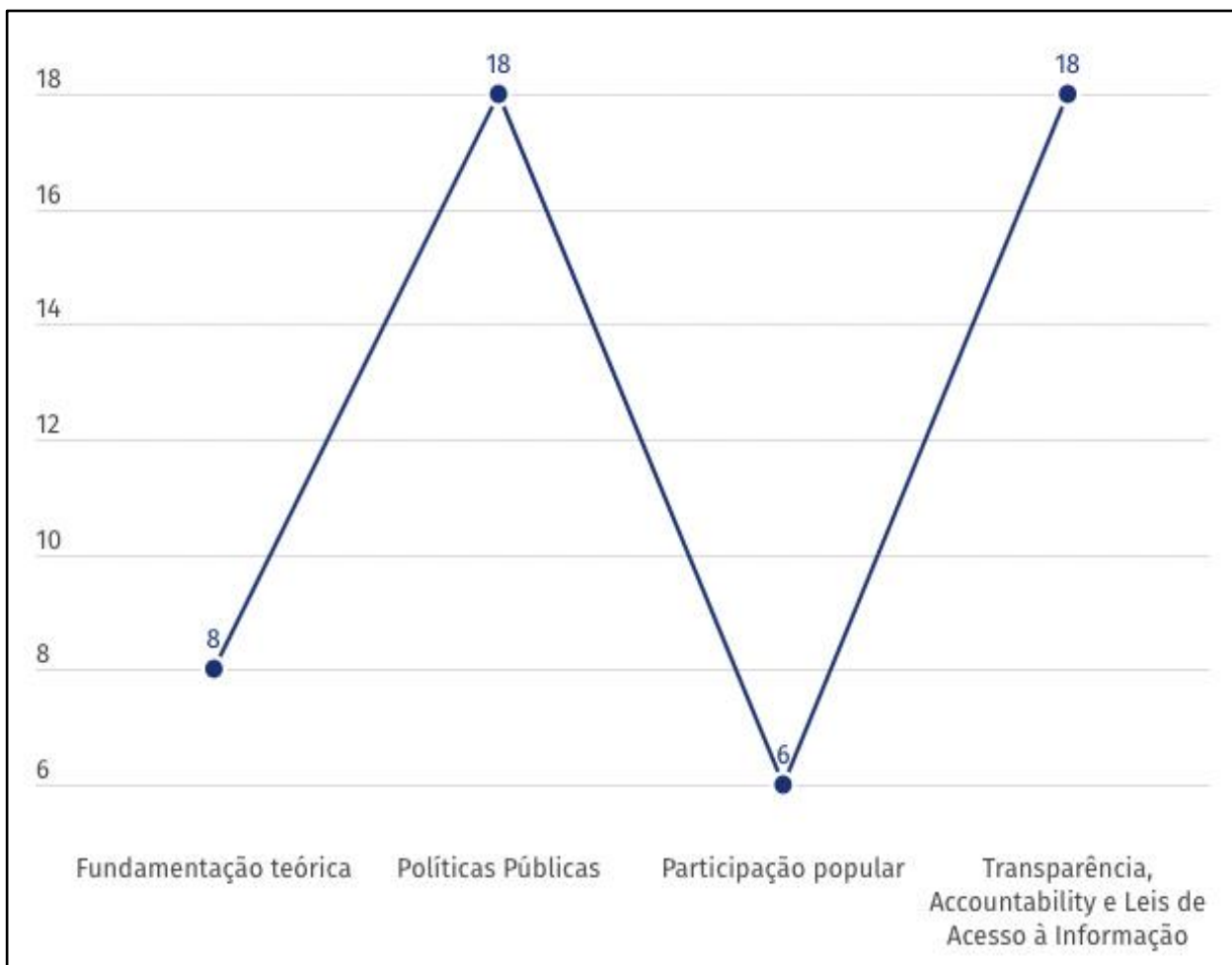
Gráfico 1 – Quantidade de trabalhos encontrados por ano



Fonte: Elaboração dos autores.

A partir dessa catalogação, foi possível elaborar o gráfico descrito abaixo, que corresponde ao número de trabalhos escritos e publicados, de acordo com os filtros aplicados e os subtemas escolhidos.

Gráfico 2 – Quantidade de trabalhos por subtemas



Fonte: Elaboração dos autores.

Os primeiros trabalhos classificados no subtema “fundamentação teórica” foram encontrados em 2017, sobretudo nos artigos de Laila Bellix, Caroline Burle S. Guimarães e Jorge Machado (2017, p. 78-91), que discorreu sobre as origens do governo aberto, contextualizou o tema perante os organismos internacionais e apresentou os princípios envolvidos na iniciativa. Também citamos o trabalho de Cristiane Sinimbu Sanchez e Patricia Zeni Marchiori (2017, p. 103-118), que buscou fazer uma revisão sistemática do tema em bases de dados contendo produções internacionais. A situação não se alterou nos anos subsequentes, visto que pesquisas catalogadas como “fundamentação teórica” foram encontradas em números baixos, totalizando 8 ocorrências.

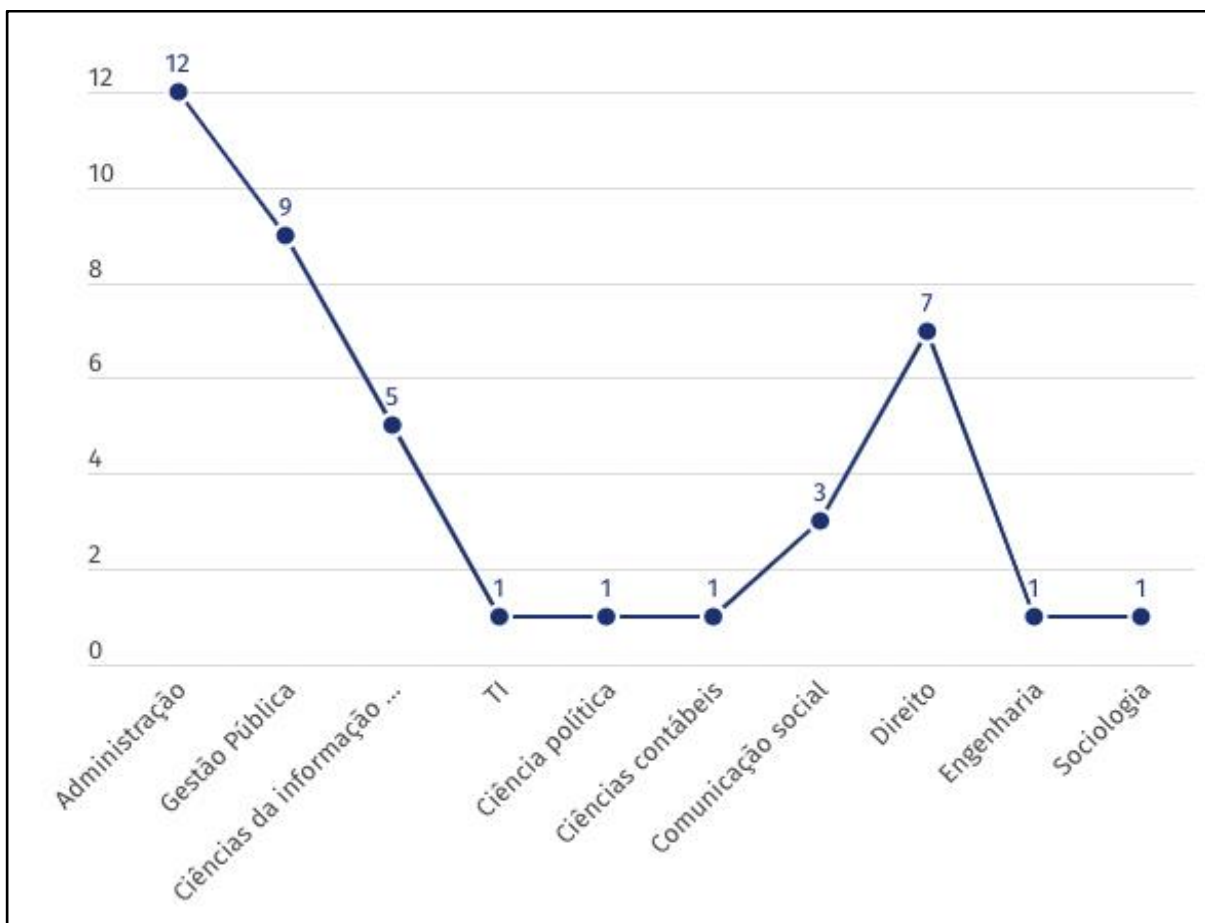
Observando a quantidade de trabalhos por subtemas, nota-se o padrão de preferência por estudos que tratam sobre transparência continuou, vez que durante todo o período de seleção, encontramos 18 trabalhos que enveredaram por esse caminho. Acreditamos que expressão “governo aberto” talvez remeta a ideia disponibilização de dados e informações governamentais, despertando de cara o interesse de pesquisadores.

Igualmente com 18 trabalhos, o subtema “políticas públicas” também se sobressaiu nos resultados da pesquisa. Interessante constatar que, uma vez que o governo aberto é um campo bastante rico em práticas, programas ou planos de ações, diversos foram as ocorrências de trabalhos empíricos e de estudo de caso.

É exemplo nesse sentido a pesquisa de Daniel José Silva Oliveira e Ivan Beck Ckagnazaroff (2023, p. 1-16), que produziram um estudo de caso único com enfoque incorporado sobre a iniciativa de governo aberto da Prefeitura Municipal de São Paulo. Também citamos o trabalho de Priscila Machado Borges Sena, Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo e Bianca Amaro de Melo (2023, p. 14-33), que relatou os processos de definição e desenvolvimento do compromisso referente ao tema 8 do 5º Plano de Ação – Transparência em Ciência. Outro trabalho com abordagem interessante é aquele realizado por Jorge Machado e Daniel Lino, que se propuseram a analisar, sob a luz dos conceitos de governo aberto e justiça aberta, o modelo de gestão adotado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Outro dado bastante relevante, possuindo total relação com a escolha das abordagens dos trabalhos, é a área de formação dos autos. Após catalogação, os números encontrados estão na tabela abaixo:

Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos por área de formação dos autores



Fonte: Elaboração dos autores.

É sabido que os pesquisadores do direito possuem uma propensão a desenvolver trabalhos menos afetos às metodologias quantitativas, enquanto outras ciências têm tradições de estudos mais empíricos, analisando e debatendo seus dados diante de situações mais práticas. Conforme defende Maria Dominguez Costa Pinho e Maria Paula Almada Silva (2019, p. 18), talvez uma abordagem mais enriquecedora para compreender o conceito de governo aberto é explorar os princípios que o fundamentam e as ações que são realizadas por meio de estudos de caso e avaliação de políticas públicas, análise de portais de dados abertos e programas de governo aberto.

Para isso, é necessário adotar procedimentos metodológicos empíricos, que permitem uma investigação baseada em evidências concretas. Esse fato pode explicar o baixo número de artigos catalogados no subtema “fundamentação teórica” em comparação aos outros subtemas, apesar da importância em consolidar a construção de uma conceituação sobre governo aberto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da produção científica nacional sobre governo aberto, surgem diversas questões e reflexões relevantes. Os estudos analisados têm contribuído para ampliar o entendimento sobre as diferentes dimensões e impactos do governo aberto, evidenciando a importância da transparência, participação e colaboração na construção de uma gestão pública mais eficiente e responsável. No entanto, ainda há desafios a serem superados.

Uma das principais contribuições deste estudo é fornecer uma visão abrangente da produção científica nacional sobre governo aberto, destacando os tópicos e temas mais abordados. Isso pode servir como ponto de partida para pesquisadores interessados em aprofundar seus estudos nessa área, oferecendo insights valiosos para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e metodológicas.

Ao explorar os principais tópicos abordados, observamos um foco significativo em áreas como transparência governamental, acesso à informação pública e uso de tecnologias inovadoras. Esses estudos têm contribuído para uma melhor compreensão dos impactos do governo aberto na governança, na prestação de serviços públicos e na promoção do *accountability*.

Durante a análise da produção científica nacional sobre governo aberto, identificamos algumas lacunas e oportunidades para futuras pesquisas. Observamos que há uma concentração significativa de estudos na área de transparência governamental e acesso à informação, enquanto outros temas, como a participação cidadã em processos decisórios e a avaliação dos impactos do governo aberto, têm recebido menos atenção. Consideramos imprescindível a construção teórica do tema, o que ainda está um pouco carente na literatura nacional. Além disso, notamos a necessidade de maior investigação sobre as especificidades do contexto brasileiro, considerando o arranjo constitucional do país, bem como suas características políticas, sociais e culturais.

No que diz respeito às tendências emergentes na pesquisa sobre governo aberto, observamos um interesse crescente na aplicação de tecnologias inovadoras, como inteligência artificial e *blockchain*, na promoção da transparência e participação cidadã.

Contudo, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A análise da produção científica nacional sobre governo aberto não é uma tarefa fácil, pois existem diversos periódicos, conferências e eventos que abordam o tema. O nosso estudo se concentrou na literatura disponível no banco de dados do Portal de Periódicos Capes, o que pode ter resultado na exclusão de algumas publicações relevantes.

Embora os resultados obtidos forneçam insights valiosos sobre o estado atual da pesquisa científica sobre governo aberto no Brasil, é necessário ressaltar que o campo ainda oferece espaço para avanços e aprofundamento das análises. A natureza em constante evolução do governo aberto e das tecnologias associadas a ele demanda uma investigação contínua e atualizada. Portanto, estudos futuros podem se concentrar em explorar outras bases de dados e fontes de pesquisa, bem como adotar abordagens metodológicas complementares.

Com base nos resultados encontrados, é possível estabelecer uma discussão ampla sobre o estado atual da pesquisa científica sobre governo aberto no Brasil. Apesar do crescimento no número de estudos sobre o tema, ainda há espaço para avanços e aprofundamento das análises. Apesar dessas limitações, este estudo contribui para o avanço do conhecimento sobre governo aberto no cenário brasileiro. Ao identificar as principais tendências, temas e lacunas na pesquisa nacional sobre o assunto, oferece subsídios para pesquisadores, formuladores de políticas públicas e demais interessados em aprofundar a compreensão e promover o avanço do governo aberto no Brasil.

A compreensão dos principais desafios e potencialidades do governo aberto no contexto brasileiro é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e inclusivas. Nesse sentido, as conclusões desta análise contribuem para uma reflexão crítica sobre o tema e indicam direções para futuras pesquisas, visando aprimorar a compreensão do governo aberto e suas implicações para a sociedade e o Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BELLIX, Laila; GUIMARÃES, Caroline Burle S.; MACHADO, Jorge Alberto Silva. **Qual conceito de Governo Aberto?** Uma aproximação aos seus princípios. 0, Madrid, n. 55-59, p. 78-91, 2017. Disponível em: <http://www.gigapp.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/2017-59.pdf>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos.** Brasília, 2006. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf>. Acesso em 15 jul de 2023.

CIRINO, Andreia Lopes; RAMALHO, Tamires Santos; SOUSA JÚNIOR, Carlos Augusto Alves de. **Pesquisa documental: proposta de protocolo de pesquisa aplicado à política pública Brasil sem Homofobia**. In: EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GOMES, Bruno Martins Augusto (org.). *Métodos Qualitativos para análise de Políticas Públicas*. Salvador, BA: Motres, 2023.

DACORSO, A. L. R.; FREITAS, R. K. V. Inovação aberta na gestão pública: análise do plano de ação brasileiro para a Open Government Partnership. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 6-51, ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121545>.

FREITAS, R. K. V.; DACORSO, A. L. R. Inovação aberta na gestão pública: análise do plano de ação brasileiro para a Open Government Partnership. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 6-51, ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121545>.

KLEIN, R.; LUCIANO, E.; MACADAR, M. Grau de transparência de dados abertos governamentais do site dados.rs.gov.br. **Economia & Gestão** (Belo Horizonte, Brazil), v. 15, n. 41, p. 256, 2015.

MENDES, G. F.; FERNANDES, V. O. Constitucionalismo digital e jurisdição constitucional: uma agenda de pesquisa para o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 16, n. 1, p. 1-33, jan.-abr. 2020. ISSN 2238-0604. DOI: <https://doi.org/10.18256/2238-0604.2020.v16i1.4103>.

OLIVEIRA, Daniel José Silva; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Principios de gobierno abierto. **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 9, n. 229-232, p. 1-18, 11 jul. 2022.

OLIVEIRA, D. J. S.; CKAGNAZAROFF, I. B. Governo aberto na cidade de São Paulo: Uma análise de políticas públicas abertas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 2, e210279, 2023. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210279.por>.

PINHO, M. D. C.; SILVA, M. P. A. Governo aberto e dados abertos governamentais: um mapeamento e sistematização da produção acadêmica. **Revista Comunicação & Inovação**, v. 20, n. 43, 2019. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol20n43.5711>.

RAMALHO, T. S.; CIRINO, A. L.; SOUSA JÚNIOR, C. A. A. Pesquisa documental: proposta de protocolo de pesquisa aplicado à política pública Brasil sem Homofobia. In: EMMENDOERFER, M. L.; GOMES, B. M. A. (org.). **Métodos Qualitativos para análise de Políticas Públicas**. Salvador, BA: Motres, 2023.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. São Paulo: Cengage, 2019.

SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, n. 56, p. 119-149, 3 set. 2018.

SENA, P. M. B.; CARVALHO SEGUNDO, W. L. R. de; MELO, B. A. de. Ciência aberta na parceria para governo aberto: compromisso por um novo modelo de avaliação. **Informação & Informação**, v. 27, n. 3, p. 14–33, 2023. DOI: 10.5433/1981-8920.2022v27n3p14. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/47219>>. Acesso em: 17 jul. 2023.